

**CHAMAMETO PÚBLICO Nº 004/2022****RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

GESTOR DA PARCERIA	Melina Greff Lai
MATRÍCULA CAU/RS	114
PORTARIA NOMEAÇÃO	PORTARIA PRESIDENCIAL CAU/RS Nº 042/2024

DADOS DO MATRIZ	Processo administrativo Matriz nº 136/2022 Protocolo SICCAU processo Matriz: 1536095/2022
DADOS DO APENSO	Processo administrativo Apenso nº Anexo VII Protocolo SICCAU processo Apenso: 1563171/2022
TERMO DE FOMENTO Nº	28/2022
DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	
Nome:	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS – CNPJ 92959006/0008-85
Endereço	Avenida Unisinos, nº 950, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, CEP 93022-750



Responsável:	Sergio Eduardo Mariucci - Reitor
DA AÇÃO PROPOSTA	
Nome:	DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO NO RS: políticas e instrumentos de financiamento no âmbito público e privado.
Do objeto:	Prestação de serviços de pesquisa científica acadêmica
Das ações a serem realizadas:	<p>O objetivo geral da proposta é propor diretrizes relacionadas a iniciativas e a políticas públicas voltadas ao fomento de recursos públicos e privados visando a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico. Para tal, são elencados os seguintes objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Realizar um mapeamento das iniciativas (projetadas e executadas) relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no Rio Grande do Sul por meio de orçamentos públicos, financiamentos privados, leis de incentivo e outros, propondo, ao final, um mapa interativo com as informações obtidas;2) Verificar a distribuição das iniciativas de acordo com as Regiões Funcionais de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, identificando quais foram melhor contempladas com investimentos e incentivos na execução de projetos e obras de restauração/requalificação bem como localidades menos assistidas, com vistas à proposição de diretrizes visando uma melhor equidade na distribuição dos recursos;3) Verificar as metodologias, as ferramentas e as políticas públicas referenciais utilizadas nas iniciativas de preservação bem-sucedidas por meio de estudos de caso, analisando as relações entre estado de conservação, uso e tipologia dos bens (comercial, habitacional, cultural etc.), em relação às fontes de financiamento e de incentivo, a fim de propor diretrizes para a superação das dificuldades associadas ao processo de preservação;4) Valorizar e difundir as iniciativas e as políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, por meio de uma maior divulgação de metodologias e ferramentas relacionadas, ao tema a fim de promover a sensibilização e orientação no que tange ao campo de atuação profissional.
Do período de realização:	12 meses a partir da assinatura do contrato.



Do público:	Como público-alvo foram definidos profissionais arquitetos(as) e urbanistas e demais interessados(as) no campo da preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico.
Das contrapartidas:	Não foram previstas contrapartidas no Edital e no Plano de Trabalho.
Do valor total do projeto:	R\$ 124.902,80 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos)
Do valor aportado pelo CAU/RS:	R\$ 124.902,80 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos)

ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS

PROJETADO¹ (Conforme Proposta/Plano de Trabalho)	EXECUTADO (Referência pág. Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas)
<u>PÚBLICO</u> <ul style="list-style-type: none">Perfil do público-alvo: Profissionais arquitetos(as) e urbanistas e demais interessados(as) no campo da preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico	No evento de divulgação dos resultados da pesquisa estiveram presentes cerca de 30 convidados (23 assinaram a ata de presença, em anexo) de diversas instituições, como EPHAC, UFRGS, SEDAC, Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) do CAU/RS e Comissão de Patrimônio do IAB RS, além de profissionais e empresas da área. (Páginas 7 e 8 do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas e Anexo 2).
<ul style="list-style-type: none">Alcance projetado: Mapa interativo: mensurar o número de visitas ao site, sendo esperado ao menos 100 visualização para o primeiro trimestre após sua publicação.	Na data de finalização do relatório final (22/12/2023) o site do mapa interativo já contava com 245 visualizações. Na data de preenchimento deste formulário (24/01/2024) já são registradas 379 visualizações (Páginas 7 e 8 do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas).

¹ Neste item deverão ser detalhadas todas as informações mínimas requeridas pelo CAU/RS na Proposta/Plano de Trabalho e ações/atividades projetadas pela organização da sociedade civil.



<u>PROGRAMAÇÃO</u> Com relação a programação de eventos, foi previsto no Plano de Trabalho somente um evento, realizado no dia 12/12/2023.	Páginas 8 e 9 do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas e Anexo 2.
<u>ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA</u>	Estado do Rio Grande do Sul.
<u>PLANO DE COMUNICAÇÃO/DIVULGAÇÃO</u> Não houve plano de comunicação previsto no Edital e no Plano de Trabalho. No entanto, o evento foi divulgado nas redes do CAU/RS, da Unisinos e foram realizados convites diretos para instituições.	Anexo 1 – CLIPPING, do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas.
<u>DEMONSTRAÇÃO DO ALCANCE DAS METAS</u> Meta “A”: realizar um mapa interativo a partir de uma cartografia de projetos, obras e ações voltados à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no Estado do Rio Grande do Sul, com dados desde 1996 até os dias atuais, podendo este ser disponibilizado no site do CAU/RS; Meta “B”: quantificação das iniciativas de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico de acordo com as Regiões Funcionais de Planejamento, identificando a distribuição espacial de recursos financiados ou incentivados em obras de restauração; Meta “C”: sistematização aprofundada das informações existentes relacionadas às fontes de financiamento, propondo diretrizes de aprimoramento; Meta “D”: identificar as contribuições das ações de preservação do patrimônio ao desenvolvimento econômico local e o potencial reforço a atividades de diferentes setores do desenvolvimento local, tais como turismo, cultura, habitação, comércio e serviços, tendo como impacto esperado o aprimoramento das políticas públicas em	Metas alcançadas conforme demonstrado no Item 1.2 Benefícios e impactos da parceria, do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas.



<p>relação aos projetos patrimoniais e difusão entre os atores envolvidos; Meta “E”: realização de ações de sensibilização e divulgação das possibilidades de financiamento por meio da realização de um ebook; Meta “F”: organização de um evento público, na etapa final do projeto, com o objetivo de apresentar publicamente o ebook e os principais resultados da pesquisa; Meta “G”: redação e submissão de ao menos um artigo científico relacionado com o tema da pesquisa durante o período</p>	
<p><u>AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA O CUMPRIMENTO DO OBJETO:</u> O objetivo geral da proposta é propor diretrizes relacionadas a iniciativas e a políticas públicas voltadas ao fomento de recursos públicos e privados visando a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico. Para tal, são elencados os seguintes objetivos específicos:</p>	<p>Plenamente executado. As diretrizes foram apresentadas na Parte 4 do Relatório Final, divididas em 6 tópicos: 4.1. Ampliação e valorização das fontes de financiamento; 4.2. Participação social e promoção do patrimônio arquitetônico e urbanístico; 4.3. Promoção de uma distribuição mais igualitária dos investimentos no estado do RS; 4.4. Reestruturação dos órgãos de patrimônio em nível federal, estadual e municipal; 4.5. Ampliação da diversidade de usos das ações voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico e 4.6. Promoção da capacitação de profissionais em patrimônio arquitetônico e urbanístico.</p>
<p>1) Realizar um mapeamento das iniciativas (projetadas e executadas) relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no Rio Grande do Sul por meio de orçamentos públicos, financiamentos privados, leis de incentivo e outros, propondo, ao final, um mapa interativo com as informações obtidas;</p>	<p>Plenamente executado. Apresentadas na Parte 2 do Relatório Final. A Parte 2 inicia com uma contextualização histórica das políticas públicas e fomento à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, para, a seguir realizar a análise dos investimentos de cada tipo de fomento (direto e indireto), analisando o número de projetos (incluindo captados/aprovados e não captados), o valor total, os valores médios por projeto, a distribuição por municípios e por Regiões Funcionais de Planejamento e o uso de destinação dos imóveis. O Mapa Interativo (item 5.1 do relatório Final) pode ser acessado através do link:</p>



	https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1J7cdmWnUIJgvtXbmIVEFSvH2EfswOOQ&ll=-30.317128476823328%2C-53.775855858659014&z=6
2) Verificar a distribuição das iniciativas de acordo com as Regiões Funcionais de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, identificando quais foram melhor contempladas com investimentos e incentivos na execução de projetos e obras de restauração/requalificação bem como localidades menos assistidas, com vistas à proposição de diretrizes visando uma melhor equidade na distribuição dos recursos;	Plenamente executado. Apresentadas na Parte 2 do Relatório Final, mais especificamente nas páginas 109 a 114 e no Mapa Interativo (item 5.1 do Relatório Final), acessado através do link: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1J7cdmWnUIJgvtXbmIVEFSvH2EfswOOQ&ll=-30.317128476823328%2C-53.775855858659014&z=6
3) Verificar as metodologias, as ferramentas e as políticas públicas referenciais utilizadas nas iniciativas de preservação bem-sucedidas por meio de estudos de caso, analisando as relações entre estado de conservação, uso e tipologia dos bens (comercial, habitacional, cultural etc.), em relação às fontes de financiamento e de incentivo, a fim de propor diretrizes para a superação das dificuldades associadas ao processo de preservação;	Plenamente executado. Os estudos de caso foram apresentados na Partes 3 do Relatório Final. Foram selecionados dois programas de governo, em que as três instâncias se articularam na proposição e na execução: Programas Monumenta e PAC das Cidades Históricas, dois municípios - Pelotas e São Leopoldo, além de dois espaços urbanos - Praças da Alfândega e Cel. Pedro Osório, duas instituições - UFPel e UFRGS. As diretrizes, estão na parte 4, mesma referência do objetivo geral da pesquisa.
4) Valorizar e difundir as iniciativas e as políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, por meio de uma maior divulgação de metodologias e ferramentas relacionadas, ao tema a fim de promover a sensibilização e orientação no que tange ao campo de atuação profissional.	Plenamente executado. Apresentada por meio do Relatório Final, em especial às Diretrizes propostas (Parte 4), bem como dos Produtos produzidos a partir da pesquisa. Observa-se também, que a Avaliação do Relatório de Pesquisa, feita pelo Dr. Leonardo Barci Castriota, no Anexo XV do Relatório Final, corrobora o cumprimento dos objetivos pela pesquisa: <i>“O relatório da Etapa 2 fornece uma análise abrangente das iniciativas de preservação do patrimônio no Rio Grande do Sul, cumprindo os objetivos específicos propostos”</i> e faz uma análise sintética sobre o que se observou em relação ao campo de atuação profissional na presente pesquisa: <i>predominância de RRTs relacionados a atividades de Projeto sugere uma oportunidade de mercado significativa para arquitetos e urbanistas</i>



	<i>no RS. Além disso, a disponibilidade e facilidade na obtenção de recursos para projetos indicam um potencial crescimento nesse segmento.</i>
<u>RESULTADOS DO PROJETO DE PESQUISA</u>	Os resultados do projeto de pesquisa podem ser observados principalmente na Parte 4 do Relatório Final, que descreve as diretrizes relacionadas a iniciativas e a políticas públicas voltadas ao fomento de recursos públicos e privados visando a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico (objetivo geral desse projeto). Sobre o resultado dos dados levantados, presentes na Parte 2 do Relatório Final, é possível, ainda, localizar um resumo na Síntese Geral da apresentação do projeto realizada para o CAU/RS, páginas 325 a 331 do Relatório Final. Sobre o resultado das metas, o item 1.2 Benefícios e impactos da parceria, do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas, faz uma breve análise dos resultados e impactos esperados de cada meta proposta. Compreende-se, portanto, neste relatório de monitoramento e avaliação, que os resultados da parceria foram plenamente satisfatórios atendendo às expectativas.
<u>ENTREGAS PREVISTAS NO PROJETO DE PESQUISA</u> Diagnóstico da situação atual no RS, por meio da realização de “estudos de casos, ferramentas, experiências, eventual legislação, possíveis ações, encaminhamentos e propostas que compatibilizem a preservação do Patrimônio Histórico com o desenvolvimento econômico” (conforme edital do CAU/RS, 2022, p. 5).	Entregue. Relatório Final da pesquisa.
Mapa Interativo	Entregue. Link de acesso: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1J7cdmWnUIJgvtXbmIVEFSvH2EfswoOQ&ll=-30.317128476823328%2C-53.775855858659014&z=6
E-book	Entregue. Link de acesso: https://is-suu.com/unisinosagexcom/docs/ebook-patrimonio-arquitetonico



Evento de apresentação dos principais resultados da pesquisa	Realizado em 12/12/2023, com lista e presença no Anexo 2 do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas.
NOS CASOS DE ATUAÇÃO EM REDE (Quando se aplicar)	
Nome da OSC Executante (Conforme Termo de Atuação em Rede)	Não se aplica.
OBJETO DA EXECUÇÃO (Conforme Termo de Atuação em Rede)	RELATO DA EXECUÇÃO
Não houve atuação em Rede.	Não se aplica.
CONTRAPARTIDAS (Conforme Proposta/Plano de Trabalho)	EXECUTADO (Referência pág. Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas)
Sem previsão no Edital e Plano de Trabalho	Embora não tenham sido previstas contrapartidas no Edital e no Plano de Trabalho, além dos próprios produtos, houve a divulgação do logo do CAU e parceiros nos materiais de comunicação referente ao evento público realizado, em todos os relatórios e no ebook (CLIPPING, RELATÓRIO FINAL e E-BOOK).



PRESTAÇÃO DE CONTAS ²³				
Despesa	Fornecedor	Valor aplicado	Plano de Trabalho após 1º Termo de apostilamento	Conferência conforme Plano de Trabalho
Material de consumo	Não consta no relatório	R\$ 0,00	R\$ 409,60	Não confere
Serviços de terceiros – Pessoa Física	Leonardo Barci Castriota - CPF 489.5603316-49	R\$ 6.000,00	R\$ 6250,00	Não confere
Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica;	Gabriela Andreolla Locatelli – CNPJ 45.935.291/0001-48 HSS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA – CNPJ 74.000.563/0002-05	R\$ 278,59		
Custos indiretos (percentual de energia, telefone, internet e outros de mesma natureza alocados no projeto);	Não consta no Plano de Trabalho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Confere
Equipe da proponente encarregada pela execução (percentual alocado ao projeto)	Bolsas de pesquisa de alunos	R\$ 14.613,33	R\$ 14.613,33	Confere
Equipe da proponente encarregada pela execução (percentual alocado ao projeto)	Bolsas de pesquisa de docentes	R\$ 109.834,68	R\$ 110.791,97	Não confere
Total das despesas		R\$ 130.726,60 (cento e trinta mil,	R\$ 132.064,90	Não confere

² Incluir e detalhar todas as NFs, Recibos e outras formas de comprovação nos termos do Edital do Chamamento Público.

³ Quando a OSC tiver firmado Termo de Atuação em Rede, deverá identificar a OSC Executante responsável por aquela despesa.



	setecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos)	(cento e trinta e dois mil, sessenta e quatro reais e noventa centavos)	
Total do recurso aportado pelo CAU/RS		R\$ 124.902,80 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos)	
Rendimento das aplicações		R\$ 7.764,47	
Total recurso + rendimento das aplicações		R\$ 132.667,27	
Saldo (recurso + rendimento das aplicações – total das despesas)		+ R\$ 1940,67	
TRANSFERÊNCIA REALIZADA PARA A CONTA DO CAU/RS (Ag: 3798-2; Cc: 123347-5) EM 01/07/2024		R\$ 1940,67	
<p>Ressalva: Observa-se que há uma pequena diferença nos valores orçados no plano de trabalho após termo de apostilamento e o que foi executado, possivelmente devido aos rendimentos das aplicações que possuem variação até a conclusão do projeto.</p> <p>Assim, considerando que todos os valores possuem comprovação de que foram aplicados em sua totalidade no projeto de pesquisa científica cujos objetivos foram plenamente executados; que todo o valor não utilizado, referente ao rendimento das aplicações e despesas não realizadas foi transferido para a conta do CAU/RS em 01/07/2024, sendo a conta zerada nesta data conforme comprovantes enviados pela proponente; e considerando que o plano de trabalho apresenta uma estimativa do valor que será gasto, a qual pode acabar variando no decorrer do contrato e que a variação apresentada é mínima (menos de 1%); compreende-se que não houve prejuízo na diferença da alocação dos recursos previstos no plano de trabalho e termo de apostilamento e no que foi efetivamente executado.</p>			
<u>PERÍODO DE EMISSÃO E DESTINATÁRIO DAS NOTAS FISCAIS</u>	As Notas Fiscais apresentadas ESTÃO de acordo com o período de execução da ação e têm a Organização da Sociedade Civil como destinatária, bem como as transferências realizadas aos bolsistas acadêmicos e bolsistas docentes.		



DEMAIS ITENS ANALISADOS	
<u>COMUNICADO DE HIPÓTESE DE INEXECUÇÃO</u>	A proposta FOI plenamente executada conforme já demonstrado na “ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS” deste relatório.
<u>COMUNICAÇÃO DE FATOS RELEVANTES E INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE</u>	Não se identificou indícios de irregularidade na prestação de contas.
<u>BENS REMASCENTES</u>	Houve uma diferença no valor aplicado no projeto e o total do recurso após rendimento das aplicações. Essa diferença, no valor de R\$ 1940,67, foi transferida para a conta do CAU/RS em 01/07/2024.

PARECER:

Analisado o relatório, compreende-se que o recurso repassado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU/RS foi plenamente aplicado conforme programado no Plano de Trabalho e 1º Termo de apostilamento, e mesmo com as ressalvas apontadas, não se observa prejuízo ou irregularidade na prestação de contas do termo de fomento 28/2022.

Observa-se que essa gestora fora nomeada em 07 de janeiro de 2024, quando o contrato já havia se encerrado, restando apenas a apresentação do relatório de prestação de contas pela OSC. Este relatório foi apresentado em 26/01/2023, dentro do prazo previsto Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 04/2022.

Durante a análise da prestação de contas, observou-se a ausência dos extratos de conta poupança e conta corrente do mês de janeiro/2024, os quais foram solicitados a OSC no dia 07/05/2024. Nesta data o Rio Grande do Sul se encontrava em Estado de Calamidade Pública reconhecido pelo Senado Federal. Em razão disso, esses comprovantes foram encaminhados apenas em 02/07/2024 pela OSC.

Observa-se ainda que o termo de apostilamento foi recebido pela Gestora de Parcerias em 18/01/2024 e encaminhado para assinatura da Presidência do CAU/RS em 26/01/2024 via protocolo SICCAU. Ocorre que esse termo de apostilamento foi enviado pela OSC através de uma plataforma de assinatura digital direcionada ao ex-presidente Tiago Holzmann, o que impossibilitou a Presidente em exercício, Andréa Larruscahim Hamilton Ilha de assiná-lo. Diante do exposto, o termo de apostilamento foi assinado apenas em 16/07/2024 pela Presidente do CAU/RS, com atraso devido às



mudanças de gestão, organograma, e eventos climáticos acontecidos no Rio Grande do Sul nos meses de janeiro e maio, e em 02/08/2024 pelo reitor da Unisinos.

Ademais, esclarece-se que a análise da prestação de contas não foi realizada no prazo previsto no Edital, (30 dias após a apresentação da prestação de contas pela OSC) devido a diversos fatores relatados em e-mails enviados à Presidência do CAU/RS e Gerência de Estratégia nos dias 07/02/2024 e 30/04/2024, anexados ao protocolo SICCAU 1563171/2022, tais como mudança de gerência e função da gestora, férias já confirmadas, alta carga de trabalho, treinamentos, etc. Além disso, como relatado acima, faltaram extratos para a finalização da prestação de contas, que devido ao estado de calamidade pública declarado no Rio Grande do Sul, só foram enviados pela OSC em 01/07/2024 e também o atraso, já justificado, para a assinatura do termo de apostilamento. Todos esses fatores justificam a perda de prazo para a conclusão da prestação de contas do referido projeto.

Sem mais, considero REGULAR a prestação de contas e encaminho à Gerência de Estratégia para elaboração do parecer de homologação, nos termos do art. 66º, inciso II da Portaria Normativa 03/2023, do CAU/RS.

Porto Alegre, 06 de agosto de 2024

Melina Greff Lai
Gestora da parceria
Matrícula CAU/RS nº 114